

**OFICIO ABCAM Nº 34/2018.**

Brasília/DF, 14 de maio de 2018.

Ao  
Excelentíssimo Senhor Presidente da República  
**Sr. MICHEL TEMER.**

**REF.: AS ALIQUOTAS INCIDENTES NO VALOR DO OLEO DIESEL.**

Senhor Presidente,

O Transporte Rodoviário no Brasil é o principal sistema logístico do país e conta com uma rede de 1.720.156 quilômetros de estradas e rodovias nacionais (a quarta maior do mundo), por onde passam 56% de todas as cargas movimentadas no território brasileiro. Esse sistema de rodovias é o principal meio de transporte de cargas no tráfego do país.

A importância desse tipo de transporte se dá desde o início da república, quando os governos começaram a priorizar o transporte rodoviário, em detrimento ao transporte ferroviário e fluvial.

Indispensável tanto para a produção como para a movimentação de bens e serviços quanto para o bem-estar da população, o transporte rodoviário de cargas é o modo que mais gera riquezas no Brasil, sendo responsável por 55,2% do PIB do setor de transporte (Segundo dados do IBGE de 2014 validos até 2017).

Ainda que em condições terríveis em muitos trechos, é possível dizer que muitas regiões do país somente podem ser alcançadas por meio de estradas e rodovias. Aeroportos e ferrovias levam a mercadoria apenas até determinado ponto da rota, de modo que em muitos casos a cobertura do trecho integralmente com o transporte rodoviário se mostra uma alternativa mais rápida e barata.

Mas, o mais importante para que tudo isso pudesse ocorrer de uma maneira que desse condições para que o transportador autônomo desenvolvesse a sua atividade com dignidade, podendo manter o seu caminhão em condições seguras, e principalmente dando condições de



sobrevivência a sua família, os fretes deveriam ter valores compatíveis com esse transporte, o que não ocorre na prática.

Importante salientar que o diesel representa quase 42% dos custos na atividade de transporte, e esses custos aumentam cada vez mais em decorrência de aumentos consecutivos dados pelo Governo nas alíquotas das contribuições de PIS e COFINS que incidem diretamente sobre esse combustível, e que não nos permite atualizá-los nas negociações de fretes, pois nossa atividade é explorada em regime de livre concorrência, tornando cada vez mais difícil qualquer tipo de atualização destes valores, só para se ter uma ideia o custo operacional do transporte foi elevado em aproximadamente 2,5%, entre os meses de julho e setembro de 2017.

Não podemos aceitar que argumentos como: cumprimento de meta fiscal para manutenção da trajetória de recuperação da economia e desta forma retomar o crescimento do país, seja suficiente para que o Governo venha de uma maneira arbitrária anunciar vários aumentos dos combustíveis em pequenos espaços de tempo. Sabemos muito bem que esse déficit elevadíssimo poderia ser contido de outras formas e não desta, aumentando os percentuais que incidem sobre o valor do combustível.

Esses aumentos, são verdadeiros banhos de água fria em cima de quem está realmente contribuindo para a retomada da economia, pois a maioria dos produtos dependem do transporte rodoviário para chegar ao consumidor, e muito prudente seria evitar impactos em cadeia nos preços, pois é isso que acontece na prática cada vez que o Governo aumenta os combustíveis, gerando um peso muito alto sobre a inflação que poderá ser medida nos 12 meses subsequentes aos aumentos.

Pela segunda vez nos reportamos a esse governo para buscar uma saída para o problema do preço do óleo diesel pago pelos transportadores autônomos na bomba do posto e esperamos que dessa vez, o governo leve mais a sério o que estamos reivindicando!!!

Já não suportamos mais o grau de insatisfação de nossa categoria, parece um pesadelo sem fim o que o governo vem fazendo com a sociedade brasileira, destacando neste ofício de repúdio, a categoria dos transportadores autônomos.



Já não suportamos a falta de conduta ética do governo federal, corrupção ativa e passiva, desleixos, prevaricações, improbidades administrativas, e muitos outros procedimentos vergonhosos que o governo vem praticando sem se preocupar com as consequências. É uma verdadeira falta de respeito o que passamos todos os dias, a miséria, o desleixo com a saúde e educação, a falta de segurança que assola principalmente as estradas brasileiras, roubos de cargas aumentam a cada dia, desvios de cifras incalculáveis são manchetes em nossos jornais diariamente...chega!!! Basta!!! Não suportamos mais tudo isso.

Somos unanimes em dizer que o país está mergulhado na pior crise econômica e também ética e moral de sua história.

E é a sociedade quem está pagando este alto preço!!!

Quando o governo criou essa famigerada e louca "nova matriz econômica" jogou o Brasil num buraco sem fim e que demorará anos para sairmos, e o resultado foi que o transportador autônomo sujou seu nome, não consegue pagar suas contas e não consegue ter condições mínimas de manter seu trabalho e sua família alimentada como se deve e como garante a nossa Constituição Federal.

Na verdade, somos reféns de um governo que vive uma ganância sem fim, desperdícios, endividamentos, ralos bilionários de corrupção e regulações insanas, seu intervencionismo atrasado, sua aversão ao transporte brasileiro, sua incompetência criminoso e sua fome insaciável por poder, dinheiro e ingerência na vida da população e dos transportadores autônomos.

Ou o governo toma providencias imediatamente, ou a situação vai piorar ainda mais!!!

O aumento constante do preço nas refinarias e dos impostos que recaem sobre o óleo diesel torna a situação insustentável para o transportador autônomo.

Além da correção quase diária dos preços dos combustíveis realizado pela Petrobrás, que dificulta a previsão dos custos por parte do transportador, os tributos PIS/COFINS, majorados em meados de 2017, somado a isso a CIDE, com o argumento de serem necessários para compensar as dificuldades fiscais do Governo, são o grande empecilho para manter o valor do frete em níveis satisfatórios.



Imagine o Brasil ficar sem transporte por uma semana, ou mais??? Seria terrível para todos, mas nos parece que só desta forma é que vocês vão voltar seus olhares para as nossas necessidades e reivindicações.

E isso não é uma ameaça não e sim um pensamento que aflora a cada momento na cabeça de cada transportador autônomo desse país, esses profissionais estão acordando dessa letargia, e vai ser a melhor forma de chamarmos a atenção desse governo dissimulado e inconsequente.

Chegamos ao limite!!! Não dá mais para sustentar tamanho descaso com o a sociedade e principalmente com o transporte brasileiro.

Senhor Presidente, diante de todo o exposto requeremos que o senhor determine o mais breve possível que:

***- Seja reduzida a carga tributária incidente sobre operações com óleo diesel a 0 (zero), sendo elas as alíquotas da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP - e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS - incidentes sobre a receita bruta de venda no mercado interno de óleo diesel a ser utilizado pelo transportador autônomo de cargas.***

***- E torne isentas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE - instituída pela lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, incidente sobre a receita bruta de venda no mercado interno de óleo diesel a ser utilizado pelo transportador autônomo de cargas.***

Senhor Presidente, insistimos em afirmar que o transporte rodoviário é de fundamental importância para o País. Com efeito, grande parte das mercadorias produzidas no Brasil chegam aos seus destinos transportados por rodovias. Apesar disso, os custos do transporte rodoviário são cada vez mais altos. Certamente, o preço do diesel é um dos principais motivos para o encarecimento dos fretes. A alta carga tributária brasileira, por seu turno, em muito contribui para os elevados valores do óleo diesel e, conseqüentemente, dos fretes.



Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), na composição do preço do óleo diesel na refinaria, quase 43% são relativos ao imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS), à contribuição de intervenção no domínio econômico sobre combustíveis (CIDE), à contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e à contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS).

Nesse contexto, o que apresentamos e necessitamos torna-se socialmente importante. Buscamos, com a medida, criar um mecanismo legal que incentive a diminuição do preço do óleo diesel.

Como a utilização de veículos movidos a diesel é grande no Brasil, a redução da tributação sobre o combustível pode resultar em queda expressiva nos custos de produção agropecuária, no preço do frete dos alimentos e nas tarifas do transporte em geral, o que beneficiará diretamente milhares de cidadãos brasileiros.

E para tanto, sugerimos que o Governo Federal crie um sistema que pode ser:

- Um Fundo de Amparo ao Transportador Autônomo destinado ao custeio de um programa para aquisição de óleo diesel, sendo a sua principal fonte de recursos composta por qualquer contribuição que o governo federal achar conveniente, ou um
- Sistema de subsídio para aquisição de óleo diesel por parte dos transportadores autônomos.

Tendo em vista os relevantes objetivos sociais de que se reveste nosso pedido, contamos imediatamente com o apoio deste governo federal, pois não merecemos sermos reféns de um sistema político "aferrolhado e sem válvula de escape" como declarou, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, após anunciar sua desistência como candidato a presidente da República, não queremos acreditar que o nosso direito de escolha é "limitado".

E diante de todo o exposto informamos que caso não tenhamos apoio deste Governo Federal, uma paralisação geral será inevitável, em âmbito nacional, e aí sim mostraremos que nós, cidadãos, temos sim direito de escolha.



Respeitosamente,



**JOSÉ DA FONSECA LOPES**

Presidente da ABCAM Associação Brasileira dos Caminhoneiros

[www.abcam.org.br](http://www.abcam.org.br)

+55 61 3224-5936 | +55 61 3225-2273

SAUS Quadra 1 - Bloco J - 7º andar B. Edifício CNT - CEP: 70.070-944 - Brasília-DF.